

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.616 - PE (2019/0151357-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RECORRENTE : ELIANA MEDEIROS ESTEVES**  
**REPR. POR : ADRIANA MEDEIROS ESTEVES - CURADOR**  
**ADVOGADA : FERNANDA CALDAS MENEZES DE MORAES - PE010140**  
**RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR E INVÁLIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 1022, II, DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. OFENSA AOS ARTS. 178, II, 279, AMBOS DO CPC/2015, E AO ART. 18, II, "H", DA LC Nº 75/93. PROCESSO ENVOLVENDO INTERESSE DE INCAPAZ. AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE. OCORRÊNCIA. ANULAÇÃO DO FEITO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na qualidade de custos legis, com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fl. 408):

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. FILHA MAIOR DE 21 ANOS E INVÁLIDA. SUPOSTA INCAPACIDADE ADQUIRIDA APÓS A MAIORIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO.

1. Caso em que, à época do óbito do servidor (julho/2012), a Lei nº 8.112/90 previa o direito ao recebimento de pensão à filha maior e inválida, enquanto durasse a invalidez;
2. Contudo, em se tratando de filha maior e inválida, a concessão da pensão por morte depende da comprovação de que a invalidez seja preexistente à maioridade, o que não ocorreu na hipótese dos autos;
3. Apelação e remessa oficial providas.

Opostos embargos de declaração pelo Ministério Público Federal (e-STJ fls. 431/434) e pela parte autora (e-STJ fls. 417/426), foram eles rejeitados nos termos do acórdão juntado às e-STJ fls. 478/480.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 486/497), o recorrente alega, em síntese, violação ao art. 1022, II, do CPC/2015, por omissão na inobservância de regras processuais.

Ademais, sustenta que houve ofensa aos arts. 178, II, e 279, ambos do CPC/2015, e ao art. 18, II, "h", da LC nº 75/93, por nulidade absoluta do processo, em razão da ausência de prévio encaminhamento dos autos ao Ministério Público para intervenção no feito, cuja participação era obrigatória por envolver a demanda interesse de incapaz.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aduz que "bem se vê que essa noção de prejuízo se apresenta à evidência, considerando-se que em primeiro grau houve uma decisão do magistrado que ali atua de forma favorável aos interesses da incapaz, enquanto que, em grau recursal, o desfecho do presente feito é contrário à pretensão autoral, quando outro poderia ser o deslinde do feito caso o órgão ministerial não tivesse sua atuação abortada da dinâmica processual" (e-STJ fls. 494/495).

Também inconformada, a recorrente Eliana Medeiros Esteves, autora da demanda, interpôs recurso especial às e-STJ fls. 501/531.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas pela Universidade Federal de Pernambuco às e-STJ fls. 545/552.

Decisão de admissibilidade dos recursos especiais proferida à e-STJ fl. 553.

O Ministério Público Federal oficiante neste Tribunal Superior manifestou-se pelo não conhecimento do recurso especial do Parquet Federal e pelo provimento do recurso especial da parte autora, conforme parecer juntado às e-STJ fls. 562/566.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que tange a alegada violação ao art. 1022, II, do CPC/2015, por suposta negativa de prestação jurisdicional, razão não assiste ao recorrente.

Com efeito, a nulidade suscitada pelo Ministério Público nos embargos de declaração, por ausência de sua intervenção no feito, foi expressamente afastada pelo Tribunal de origem quando do julgamento dos aclaratórios ao argumento de que o Parquet Federal teria sido intimado da sessão de julgamento do recurso de apelação e dela participado, não havendo qualquer prejuízo para a declaração da nulidade. Destacam-se os seguintes trechos do voto condutor dos embargos declaratórios (e-STJ fls. 478/479):

Por outro lado, o Ministério Público Federal sustenta que teria ocorrido, no caso, omissão de formalidade essencial na tramitação processual, uma vez que, em se tratando de ação em que se discute a possibilidade de concessão de benefício previdenciário a pessoa tida como incapaz, deveria ter sido ele ouvido antes de julgada a apelação.

[...]

De início, quanto aos embargos do Ministério Público Federal, não há que se falar em nulidade do julgado por não ter ele sido notificado para apresentar parecer quando da distribuição do feito a esta Corte, uma vez que, além de ter sido intimado para a sessão de julgamento, dela efetivamente participou, momento em que poderia, inclusive, ter se manifestado.

Desta forma, houve apreciação expressa da tese suscitada nos embargos de declaração, inexistindo a alegada negativa de prestação jurisdicional.

Ademais não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício, quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte. Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

CABIMENTO DE JUROS DE MORA NO PERÍODO  
COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E  
DA EXPEDIÇÃO DA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR OU DO

# *Superior Tribunal de Justiça*

PRECATÓRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RE 579.431/RS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC/2015.

1. Trata-se de encaminhamento do Vice-Presidente do STJ para fins do juízo de retratação previsto no art. 1.030, II, do CPC, tendo em vista o julgamento do RE 579.431/RS do STF.

2. Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta. Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte. Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC/73.

3. É certo que a orientação do STJ estava pacificada no sentido de que não incidem juros de mora, em execução contra a Fazenda Pública, no período compreendido entre a data da conta de liquidação e da expedição do requisitório, desde que observado o prazo constitucional para pagamento.

4. Sem embargo, o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 579.431/SC (Rel. Min. Marco Aurélio), reconheceu a existência de repercussão geral em relação ao tema, concluindo o julgamento do recurso extraordinário em 19 de abril de 2017. 5. Em suma, entendeu o Supremo Tribunal Federal que incidem juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório. Considerando que a mesma orientação foi adotada pelo Tribunal de origem, não se justifica a reforma do acórdão recorrido.

6. Recurso Especial não provido em juízo de retratação (art. 1.030, II, do CPC/2015).

(REsp 1589202/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. ANULAÇÃO DE DÉBITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REQUISITOS PARA A DETERMINAÇÃO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. QUESTÃO DECIDIDA COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICOS DO CASO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão monocrática publicada em 28/11/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem manteve sentença que, por sua vez, julgara improcedente o pedido, em ação na qual a parte agravante busca a declaração de inexistência dos débitos cobrados pela parte agravada - concessionária de energia elétrica -, bem como indenização pela perda de uma chance de vender o imóvel de sua propriedade, e pelos danos morais sofridos.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão dos Embargos Declaratórios apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

# Superior Tribunal de Justiça

IV. No caso, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido - no sentido de que "a inversão do ônus da prova não é medida que se faz necessária na hipótese em apreço, pois, ao contrário do que sustenta a recorrente, a hipossuficiência técnica/jurídica/financeira da empresa autora para produzir as provas aptas a embasar a sua pretensão não restou demonstrada" - demandaria o reexame de matéria fática, o que é inviável, em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Com efeito, "a pretensão da recorrente em obter nova análise acerca da existência dos requisitos autorizadores da inversão do ônus probatório demandaria análise do material fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no REsp 1.526.946/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/09/2015).

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1637988/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 27/03/2017)

No que diz respeito a ofensa aos arts. 178, II, e 279, ambos do CPC/2015, e ao art. 18, II, "h", da LC nº 75/93, melhor sorte assiste ao recorrente.

Com efeito, tratando-se de processo no qual se discute interesse de incapaz, a intervenção do Ministério Público é obrigatória, sob pena de nulidade, razão pela qual os autos deveriam ter sido encaminhados ao Parquet Federal para sua manifestação antes do julgamento do recurso de apelação, o que não ocorreu no presente caso. Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS E PENSIONISTAS. COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS. PRESENÇA DE AUTORES INCAPAZES (INTERDIÇÃO) NA RELAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL. ARTIGO 535 DO CPC/73. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. NULIDADE ABSOLUTA. CONJUGADA EXEGESE DOS ARTIGOS 82, I, 84 E 246 DO CPC/73. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. PREJUÍZO AOS INCAPAZES CONFIGURADO. NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.

1. Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O aresto hostilizado foi proferido em desalinho com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, nos termos dos artigos 84 e 246 do CPC/73, revela-se obrigatória, sob pena de nulidade, a intervenção do Ministério Público nas hipóteses previstas no artigo 82 do aludido diploma legal. Precedentes.

3. Como ensinado por CELSO AGRÍCOLA BARBI, "A função do Ministério Público, nessas causas, é de vigilância, para suprir eventual falha na defesa dos interesses dos incapazes" (Comentários ao Código de Processo Civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981, vol. I, p. 378), sendo certo que, como assevera VICENTE GRECO FILHO, "A falta de intervenção do Ministério Público, nos casos em que a lei a considera obrigatória, determina a nulidade do processo, conforme estabelece o art. 84" (Direito processual civil brasileiro. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 167).

4. Não há falar em ausência de prejuízo, pois o pedido autoral de complementação de proventos foi rejeitado nas duas instâncias ordinárias.

5. Recurso especial do Parquet paulista provido.

(REsp 1744674/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/04/2019, DJe 29/04/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AUTORES MENORES. MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA. JULGAMENTO DA APELAÇÃO DESFAVORÁVEL. OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE.

1. Ao Ministério Público compete intervir nas causas nas quais há interesses de incapazes, tendo direito a ser intimado de todos os atos do processo, sob pena de nulidade. O reconhecimento do vício, porém, é condicionado à existência de prejuízo. Precedentes.

2. No caso, tem-se ação indenizatória proposta por filhos de paciente de hospital administrado pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB que, durante o período de internação, cometeu suicídio ao jogar-se do terceiro andar do edifício. O Parquet foi ouvido antes da sentença, mas dela não foi intimado, falha que, possivelmente, impediu-lhe o exercício do ato de recorrer na defesa dos interesses dos menores. Tanto a sentença quanto o acórdão que julgou a apelação foram desfavoráveis aos autores.

3. Nos termos do art. 41, IV, da Lei n. 8.625/93, é prerrogativa dos membros do Ministério Público a intimação pessoal com entrega dos autos, providência que não pode ser suprida com a simples participação do representante ministerial na sessão de julgamento do recurso. Precedentes.

4. Recurso especial a que se dá provimento para tornar nulos os acórdãos proferidos no julgamento da apelação, determinando-se a intimação do Ministério Público para ciência da sentença.

(REsp 1319275/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 18/11/2015)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. INCAPACIDADE DA PARTE. DEFICIÊNCIA MENTAL. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DOS ATOS. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. É obrigatória, sob pena de nulidade, a intervenção do Ministério Público nas causas em que há interesse de incapaz, em face do que dispõem os arts. 82, I, e 246 do Código de Processo Civil.

Jurisprudência do STJ.

3. Embargos de declaração acolhidos para se anular julgamento anterior.

(EDcl nos EDcl no REsp 1324308/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 12/08/2015)

Destaca-se que o Ministério Público Federal suscitou referida nulidade no momento oportuno, e a nulidade decorre de expressa determinação prevista no art. 279 do CPC/2015, in verbis:

Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

§ 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.

§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

Além disso, o prejuízo suportado pelo incapaz é evidente, pois o Tribunal de origem deu provimento ao recurso da parte ré e julgou improcedente a demanda, cassando a sentença que havia deferido a pensão por morte.

Importante destacar também que, in casu, eventual participação do Ministério Público na sessão de julgamento da apelação não supre referida nulidade, diante da complexidade da matéria discutida, que exigia a análise dos diversos laudos periciais e médicos juntados aos autos para definir se a parte autora seria ou não inválida no momento do óbito de seu genitor.

Desta forma, em razão da falta intervenção do Ministério Público, resta configurada a nulidade do feito desde o julgamento do recurso de apelação, inclusive, devendo os autos serem remetidos ao Parquet Federal para apresentação de parecer antes do julgamento do recurso.

Reconhecida a nulidade e determinado novo julgamento do recurso de apelação, resta prejudicado o recurso especial interposto pela parte autora às e-STJ fls. 501/531.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para decretar a nulidade do processo desde o julgamento do recurso de apelação, inclusive, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator